

# Comunicação e vigilância popular em saúde: estratégias de enfrentamento ao desastre-crime do derramamento de petróleo no litoral nordestino

**Popular Communication and Health Surveillance: Strategies to Address the Oil Spill Crime/Disaster on the Northeastern Coast**

Thayna KAREN<sup>1,2\*</sup>, Rosely ARANTES<sup>1</sup>, Nathalie AGRIPINO<sup>1</sup>, José GONÇALVES<sup>1</sup>, Cláudio NETO<sup>1</sup>, André WOLMER<sup>3</sup>, Idê GURGEL<sup>1</sup>, Mariana SANTOS<sup>1</sup>

Artigo recebido em  
**27 de fevereiro de 2025**

Versão final aceita em  
**12 de novembro de 2025**

Publicado em  
**29 de maio de 2026**

**Resumo:** O desastre-crime do derramamento do petróleo ocorrido em 2019 afetou as populações tradicionais cujo modo de vida está profundamente ligado à pesca artesanal no litoral nordestino. Foram recolhidas mais de 5 mil toneladas de petróleo em cerca de 4.300 km da costa brasileira, incluindo onze municípios em Pernambuco. Frente a esse cenário, emergiram intervenções populares voltadas para a superação das injustiças socioambientais e à busca por reparação social, utilizando tecnologias sociais leves desenvolvidas a partir das necessidades locais. Este estudo teve como objetivo mapear as estratégias de comunicação e vigilância popular em saúde adotadas por comunidades pesqueiras impactadas pelo desastre em Pernambuco. Foi conduzido um estudo qualitativo, participativo, descritivo e documental, envolvendo 34 mulheres, lideranças comunitárias e pescadoras artesanais de oito municípios afetados pelo desastre-crime. As participantes integraram o curso de formação-ação de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas, realizado entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. Os resultados indicam que as estratégias de comunicação comunitária incluíram principalmente o uso do WhatsApp, divulgação “boca a boca”, assembleias e reuniões para discussão do cenário. No âmbito da vigilância popular, destacaram-se ações de monitoramento das espécies afetadas pelo desastre e dos rios, praias e estatutários, acionamento de órgãos governamentais e orientação da população local. Conclui-se que tais estratégias foram essenciais para a iniciativa territorial frente ao desastre, promovendo, por meio de tecnologias sociais e participação comunitária, não apenas justiça ambiental, mas também a construção de territórios mais resilientes. Destaca-se a necessidade de que instâncias institucionais incorporem as experiências de movimentos sociais e comunidades tradicionais na formulação de políticas públicas efetivas.

**Palavras-chave:** comunicação em saúde; vigilância em desastres; derramamento de petróleo; educação em saúde.

**Abstract:** The 2019 oil spill criminal disaster affected traditional populations whose lifestyle is closely linked to artisanal fishing on Brazil’s Northeastern coast. More than 5.000 tons of oil were collected along 4.300 km of the Northeastern Brazilian coast on the shores of 11 municipalities in Pernambuco State. Grassroots interventions aimed at both overcoming socio-environmental injustices and seeking social redress were applied in response to it by using light social technologies developed based on local needs. The aim of the present study is to map the communication and grassroots health surveillance strategies adopted by fishing communities suffering from this disaster’s impact on Pernambuco. A qualitative, participatory, descriptive and documental study was conducted with 34 female community leaders and artisanal fisherwomen from 8 municipalities affected by this disaster/crime. Participants attended the training-action course for Popular Health Agents of Water Peoples held from November 2024 to January 2025. According to the

- 1 Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
  - 2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.
  - 3 University of Western Ontario (UWO), London, Ontário, Canadá.
- \* E-mail de contato:  
[thaynakaren00@hotmail.com](mailto:thaynakaren00@hotmail.com)

results, these community communication strategies mainly included using WhatsApp, chatting, gatherings and meetings to discuss the situation. Actions to monitor the species affected by the disaster, as well as the affected rivers, beaches, statutes; the involvement of government agencies and guidelines for local population, stood out in the popular surveillance field. These strategies were essential for territorial initiatives linked to the disaster, as they led to both environmental justice and the construction of more resilient territories through social technologies and community participation. Institutional bodies must embody the expertise of social movements and traditional communities in formulating effective public policies.

*Keywords:* health communication; disaster surveillance; oil spill; health education.

## 1. Introdução

O desastre-crime do derramamento do petróleo, que afetou o Brasil em 2019, foi considerado como o maior derramamento de petróleo do país e um dos maiores do mundo em extensão (Pena et al., 2020). Devido à magnitude e impacto na vida das comunidades e no meio ambiente, aliados a indefinição de responsabilidade e demora na resposta, o conceito *desastre-crime* é adotado neste artigo, considerando o dano ocasionado e as condições de vulnerabilidade produzidas por uma sequência de ações e/ou omissões (Alves et al., 2024).

As manchas de petróleo, de origem desconhecida, foram inicialmente identificadas no estado da Paraíba no final de agosto e, nos meses seguintes, se espalharam por toda a faixa litorânea do Nordeste e parte da região Sudeste (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama], 2020; Santos et al., 2022).

Foram mais de 5 mil toneladas de petróleo recolhidos em cerca de 4.300 km da costa brasileira, incluindo onze municípios em Pernambuco (Pena et al., 2020; Santos et al., 2022). Os impactos causados pelo derramamento de petróleo se estendem por dimensões socioeconômicas, ambientais, ecológicas e de saúde, afetando o modo de vida das pessoas nos territórios pesqueiros impactados (Santos et al., 2022; Silva et al., 2022). Nesse sentido, o petróleo afetou o sentimento de pertencimento das comunidades da pesca artesanal, seus modos de vida, o desenvolvimento sociocultural e sua relação de subsistência com os recursos naturais (Castro, 2018; Silva et al., 2022; Gonçalves et al., 2024).

Os danos provocados por desastres ambientais, como o derramamento de petróleo, intensificam ainda mais as vulnerabilizações existentes nas comunidades da pesca artesanal, onde as relações de classe, raça e gênero estão interligados (Castro, 2018; Marques, 2020, Moreira et al., 2024). Segundo Estevo et al. (2021) o desastre impactou a geração de renda e a reprodução cultural dessas comunidades, podendo ter ocasionado mudanças e substituições nas atividades de geração de renda, além dos efeitos agudos na saúde humana. Esses fatores foram intensificados pela negligência do Governo Federal, evidenciada pelo atraso nas ações de combate ao desastre, somada à desorganização, à precariedade da infraestrutura e à ausência de proteção aos afetados (Ramalho, 2019; Alves et al., 2024).

Em contextos de crise como este, a comunicação emerge como um campo

de disputa de narrativas. A cobertura midiática do evento, ganhou visibilidade na mídia estadual e nacional na medida que as organizações de defesa do meio ambiente, à mídia alternativa e aos organismos internacionais denunciaram, através dos seus canais, a tragédia (Silva et al., 2022; Gonçalves et al., 2024). Implicando numa disputa de narrativas, negligenciando a perspectiva das comunidades locais atingidas e produzindo injustiças socioambientais (Intervezes, 2020; Melo & Costa, 2023).

A falta de uma comunicação dialógica é uma das principais causas da exclusão de vozes na busca por soluções socioambientais no mundo (Plutynski & Fujita-Lagerqvist, 2016). No contexto de desastres ambientais, diferentes formas de comunicação podem emergir, com papéis e alcances sociais distintos, a exemplo disto, a comunicação institucional, envolvendo diferentes órgãos e setores ou entre setores da mesma organização (Souto, 2021). Nesse campo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca a comunicação de risco como um modelo essencial na gestão de pessoas, processos e sistemas, tendo como objetivo permitir que pessoas em situação de risco tomem decisões rápidas, visando à proteção e prevenção (Nunes, 2024).

Por outro lado, a comunicação comunitária ou popular, surge em um contexto de resistência e reapropriação, configurando-se como um instrumento de transformação, no qual a comunidade é geradora e protagonista da informação (Peruzzo, 2009). Nesse sentido, Peruzzo (2009, p. 368) compreende a comunicação popular, como “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social”.

Essa comunicação pode ser vista como uma estratégia contra-hegemônica que facilita a interação social entre os sujeitos, permitindo redimensionar a lógica do localmente vivido e abrindo espaço para uma comunicação mais horizontalizada e democrática, com potencial para ampliar a participação política popular (Mata, 2006; Almeida et al., 2011; Fernandes et al., 2017).

No combate a injustiças sistêmicas e em contextos de crise como no desastre-crime do derramamento do petróleo, diferentes fluxos de comunicação são necessários entre os sujeitos: internamente, entre membros da própria comunidade e dentro de suas organizações de representação; em articulação com movimentos sociais externos que tenham identificação e demandas semelhantes; em contato com agentes públicos políticos e administrativos que possam implementar medidas necessárias; contato com veículos jornalísticos como ponte para ampliação do debate social (Kunsch, 2003; Peruzzo, 2024).

O fortalecimento de alianças entre movimentos sociais com a mídia independente aparece como importante canal de comunicação alternativo para a amplificação de vozes (Marques, 2020; Nemer, 2022). É por meio das práticas comunicacionais que essas comunidades podem fazer suas ideias e demandas circularem, serem apropriadas, debatidas e contestadas até terem

a possibilidade de se incorporar a estruturas sociais e políticas (Johnston & Pieczka, 2018).

Intrinsecamente relacionadas a esses processos, as ações de vigilância popular em saúde funcionam como estratégias de base territorial, essenciais para promover a segurança sanitária e ambiental das populações, com impacto positivo, especialmente em contextos de catástrofes naturais e tecnológicas, crises humanitárias, pandemias e epidemias (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2018).

Machado e colaboradores (2021, p. 4) afirmam que essas ações se configuram como “uma prática sanitária participativa e integrada às ações de vigilância em saúde (VS), às redes, aos serviços assistenciais e às ações comunitárias de cuidado, de prevenção e de apoio social”. Através dessa interação com o ambiente e os sujeitos, a vigilância atua promovendo saúde e produzindo cuidado, fundamentadas no reconhecimento dos saberes provenientes das experiências e das diversas interações dos sujeitos nesses espaços (Oliveira et al., 2024).

Como exemplo disso, Trindade et al. (2021), analisaram as estratégias de vigilância popular em saúde desenvolvidas pelas comunidades pesqueiras durante a pandemia da Covid-19 e observaram que, durante o exercício da vigilância, surgiram processos emancipatórios através das narrativas solidárias, as quais revelaram a capacidade desses sujeitos de se articularem e produzirem conhecimentos entre diversos setores. Demonstrando como o diálogo de saberes e a gestão coletiva entre diferentes esferas sociais, possibilitam a construção de territórios saudáveis e sustentáveis, e ações emancipatórias (Oliveira et al., 2024).

Nesse sentido, o processo de comunicação e vigilância popular em saúde em contextos de desastres ambientais, desempenham uma função determinante no território de ampliação das resiliências e capacidades coletivas de ação para o fortalecimento territorial (Lima et al., 2015; Fernandes et al., 2017; Oliveira et al., 2024).

Deste modo, compreender como as comunidades pesqueiras artesanais, afetadas pelo desastre-crime do derramamento de petróleo, desenvolvem suas próprias estratégias de comunicação e vigilância popular em saúde, por meio da sua organização social, é fundamental para reconhecer essas práticas como processos emancipatórios na construção de territórios saudáveis, sustentáveis e solidários. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo mapear as estratégias de comunicação e vigilância popular em saúde adotadas pelas comunidades pesqueiras impactadas pelo desastre em Pernambuco.

## **2. Métodos**

Trata-se de um estudo qualitativo, participativo e descritivo, ancorado no método de sistematização proposto por Holliday (2006). A pesquisa foi desenvolvida em oito municípios com expressão pesqueira do litoral de Pernambuco,

(Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho, São José da Coroa Grande, Itapissuma, Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Goiana), e impactados pelo desastre-crime do derramamento de petróleo em 2019 e 2020.

Participaram do estudo 34 lideranças comunitárias e pescadoras artesanais integrantes da segunda turma do Curso de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas no período de novembro de 2024 a janeiro de 2025. O curso, uma estratégia de formação-ação (Fenner et al., 2021), foi financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pelo Programa Políticas Públicas, Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA), desenvolvido por pesquisadores(as) da Fundação Oswaldo Cruz Pernambuco.

Em parceria com representantes da gestão de saúde do estado de Pernambuco e movimentos sociais dos territórios da pesca artesanal (Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Articulação Nacional das Pescadoras (ANP); Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP); Fórum Suape; Movimento dos sem-terra (MST); Rede de médicas e médicos populares (RMMP)), Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal da Paraíba e Fiocruz Ceará (Figura 1).

O mapeamento das ações de vigilância popular e comunicação comunitária ocorreu em dois momentos no processo formativo. No módulo I, “Identidades, Territórios e Territorialidade dos povos das águas”, investigaram-se ações de comunicação comunitária por meio de perguntas norteadoras sobre formas de comunicação, produção e circulação de informações, meios utilizados e lacunas informacionais:

- a) Como você/sua organização se comunica?
- b) Como você/sua organização produz conteúdo?
- c) Como você/sua organização se informa?
- d) Quais são as estratégias de comunicação em seu território? O que tem? (Possui rádio comunitária; TV; blog);
- e) Quais são as informações tratadas/abordadas por esses veículos midiáticos?
- f) Que informação vocês gostariam de ter conhecimento e esses meios/mídias não fazem?

No segundo momento, durante o módulo IV “Vigilância Popular em Saúde e organização popular como estratégia de re-existência”, discutiram-se estratégias de vigilância popular adotadas durante o desastre, incluindo identificação de alterações ambientais, registros, comunicação e propostas de melhoria das ações:

- a) Como o ambiente demonstrou sinais de que havia algo diferente?
- b) O que é feito quando se identifica alguma alteração?
- c) A quem são comunicadas essas observações?
- d) De que forma essa informação é comunicada?



**Figura 1**

Articulação em rede na organização do curso de formação-ação para pescadoras artesanais do litoral pernambucano.

e) O que poderia ser feito de maneira diferente com base nos aprendizados adquiridos?

f) Como seria um passo a passo ideal de ação para essas situações?

As perguntas utilizadas foram elaboradas com base nas experiências formativas junto às comunidades pesqueiras durante e após o desastre-crime do derramamento de petróleo (Santos et al., 2024).

Para essas atividades, as participantes foram divididas em quatro grupos, considerando a proximidade geográfica: grupo 1 – Jaboatão e São José da Coroa Grande; grupo 2 – Cabo de Santo Agostinho e Recife; grupo 3 – Rio Formoso e Ipojuca; grupo 4 – Itapissuma e Goiana. Cada grupo contou com presidentas de colônias e/ou associações de pescadores(as) e representantes de movimentos sociais da pesca artesanal (CPP, ANP).

Os dados foram organizados no Microsoft® Excel® 2016, classificando as ações de comunicação comunitária segundo municípios e categorias emergentes (estratégias, meios, tipos de informação e necessidades informacionais) e ações de vigilância popular segundo as perguntas norteadoras e a divisão dos grupos.

O estudo seguiu as normas da Resolução nº 466/2012 e da Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz-PE), sob o CAAE nº 25398119.9.0000.5190 e Parecer nº 5.037.340.

### 3. Resultados e discussão

A sistematização das estratégias de comunicação e vigilância popular analisadas neste estudo foi produzida por 34 mulheres-trabalhadoras, lideranças e pescadoras artesanais, todas cisgênero (100%; N = 34), com idades entre 45-59 anos (48,4%; N= 15) e 35-44 anos (25,8%; N= 8). Em relação à cor/raça, 48,4% (N= 15) das participantes se autodeclararam pretas, enquanto 45,2% (N= 14) se declararam pardas e (6,5%; N=4) brancas. No que se refere à escolaridade, a maioria possui ensino médio completo (54,8%; N=17) e 16,1% (N=5) tem o ensino médio incompleto.

A predominância de mulheres negras (pretas e pardas) reflete a composição racial das comunidades pesqueiras, que historicamente enfrentam o racismo ambiental, desigualdades socioeconômicas e barreiras de acesso a direitos (Silva et al., 2021). Além disso, o nível de escolaridade da maioria das participantes, concentrado no ensino médio completo ou incompleto, demonstra os desafios no acesso ao ensino superior.

A seguir, será apresentado o mapeamento das estratégias de comunicação comunitária e vigilância popular, e como elas desempenham um papel central na mobilização e resistência das pescadoras artesanais.

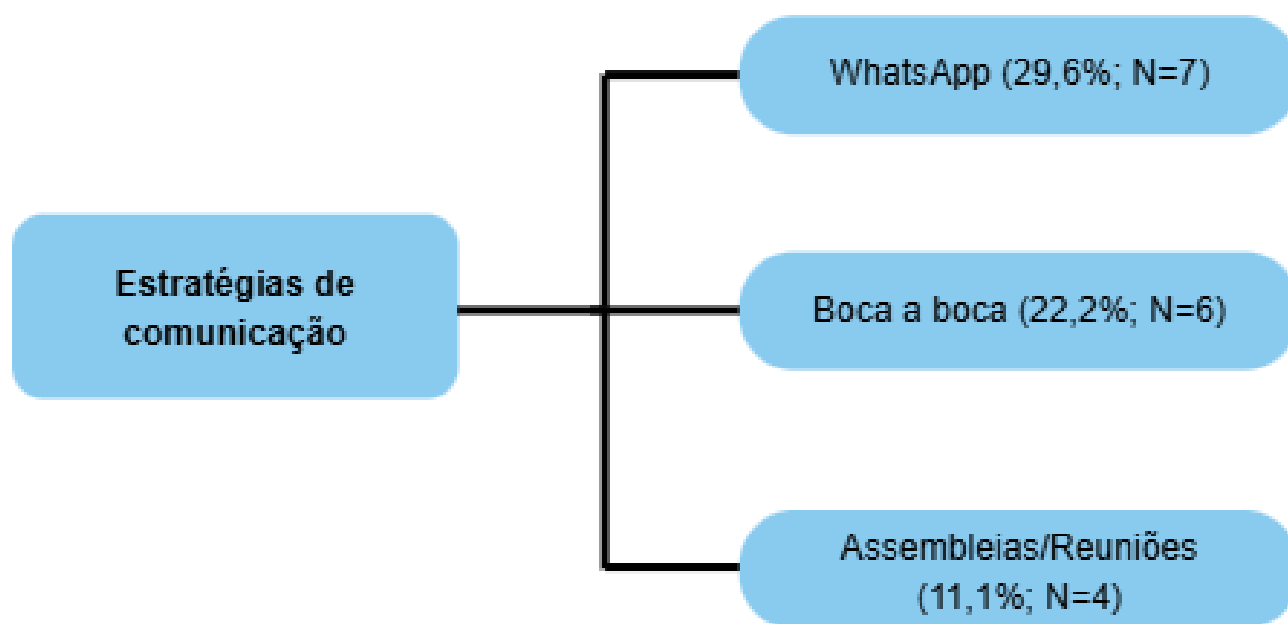
#### 3.1. Vozes que ecoam: estratégias de comunicação comunitária adotadas por comunidades pesqueiras durante o desastre-crime do petróleo

O resultado da análise permitiu identificar as estratégias de comunicação mais utilizadas pelas participantes, (29,6%; N=7) das lideranças indicaram o Whatsapp como principal meio de comunicação digital utilizado para a troca de informações. Enquanto a divulgação de cunho comunitário, popularmente conhecida como “boca a boca”, emergiu em (22,2%; N= 6) das sistematizações, e assembleias e reuniões representaram (11,1%; N= 4) das estratégias adotadas nos territórios (Figura 2).

Além disso, o carro de som (3,70%; N= 1) e a versão reduzida e mais econômica, a moto som (7,41%; N= 2), as Rádio Comunitária Boca da Ilha (3,70%; N=1), Rádio Atapuz FM (3,70%; N=1) e os cartazes (7,41%; N=2) apresentaram-se como meio de divulgações de cunho comunitário. Por fim, as ligações telefônicas (3,70%; N=1) e a popularmente conhecida fofoca (3,70% N=1) também foram apontadas pelas pescadoras como forma de difusão de conteúdos (Figura 2).

A praticidade e o rápido acesso às informações têm incentivado a crescente adesão a aplicativos de mensagens, como o Whatsapp, que se consolida como uma das principais estratégias de comunicação entre as pescadoras (Figura 2). No entanto, a exclusão digital permanece como uma realidade nos territórios periféricos do Brasil, decorrente da insuficiência de meios de acesso, da carência de letramento digital ou, em alguns casos, da baixa adesão ao uso dessas ferramentas (Almeida et al., 2005).

Os direitos das populações do campo, da floresta e das águas (PCFA),



**Figura 2**

Estratégias de comunicação mais utilizadas por pescadores(as) em oito municípios de Pernambuco.

como o acesso à educação, moradia e à comunicação, ainda se configuram como um desafio (Carneiro et al., 2014). Essa limitação tornou-se evidente durante o desastre-crime do derramamento do petróleo em 2019, quando mais de 60% das vozes noticiadas correspondiam a autoridades públicas, em detrimento das próprias comunidades afetadas (Intervezes, 2020).

Nesse cenário, sobressai a adoção de estratégias comunitárias, como o boca a boca e cartazes, para o compartilhamento de informações (Figura 2). Quando a comunicação emerge do cotidiano territorial e das interações entre diferentes sujeitos, ela fortalece o protagonismo das populações impactadas, permitindo que o acesso à informação não se restrinja a uma lógica vertical, mas seja produzido e difundido a partir dos próprios territórios (Antunes & Coqueiro, 2022).

Peruzzo (1998) descreve essa prática como uma comunicação do povo, pelo povo e para o povo. No caso do derramamento de petróleo, o exercício do “comunicar de dentro” também se manifestou, assim como em outros contextos, a exemplo da pandemia da Covid-19, em que a comunicação, aliada à racionalidade e à efetividade, contribuiu para preservar a esperança e a resistência diante das adversidades (Suzina, 2023). As estratégias mobilizadas pelas comunidades pesqueiras (Figura 1), extrapolam o simples repasse de informações, pois os conteúdos foram construídos a partir do universo simbólico dos territórios, em diálogo com sua realidade, cultura e suas vivências locais (Suzina, 2023).

Quanto aos veículos de comunicação, rádios comunitárias (N=7), a Bike Som (N= 4) e o carro de som (N= 3) são os meios mais mencionados para a disseminação de informações dentro da comunidade, além disso, foram observados canais institucionais e as reuniões e assembleias dos

Conselhos Municipais de Direitos (N=1) e a Associação Fórum Suape Espaço Socioambiental (N=1) também figuram entre os meios acessados, embora com baixa frequência (Figura 3). Ademais, a Televisão (N=1) também aparece como veículo de comunicação.

A respeito das plataformas digitais, o Instagram (N=5) teve mais ocorrência, enquanto outras plataformas, como Facebook (N=1), Kwai (N=1) e blogs (N=3), aparecem com menor frequência (Figura 3).

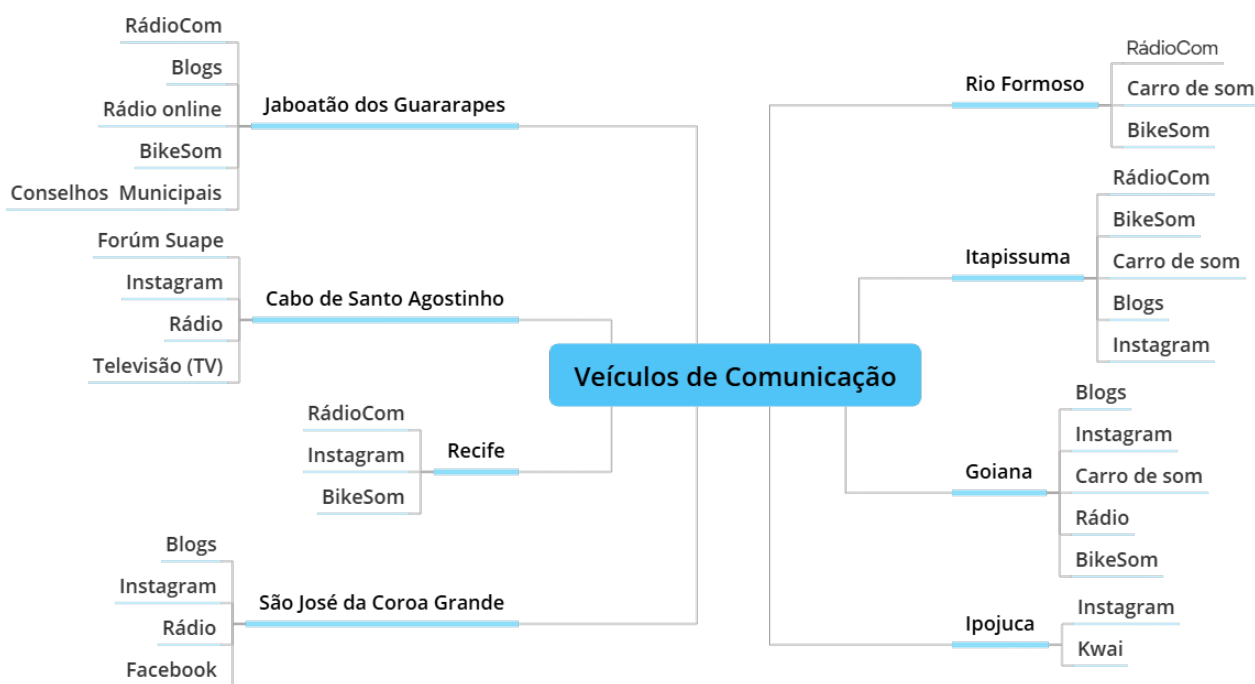
A análise dos veículos e estratégias de comunicação utilizados pelas comunidades evidenciam uma diversidade de canais que articulam meios digitais e comunitários. Entre eles, as rádios comunitárias se destacam pela maior frequência de uso, possivelmente em razão de sua atuação constante na discussão de temas relevantes e na oferta de serviços informativos e de entretenimento voltados às necessidades dos grupos sociais a que se destinam (Peruzzo, 2024).

Essa ocorrência remete à década de 1970, período em que as rádios comunitárias passaram a conquistar altos índices de audiência e reconhecimento pelas comunidades. Tal valorização decorre de sua capacidade de manter programações alinhadas diretamente aos interesses, à cultura e às problemáticas específicas dos territórios (Peruzzo, 1999)

A articulação entre estratégias locais de comunicação – voltadas especificamente às necessidades das comunidades – e o uso de mídias sociais digitais, bem como a interação com veículos jornalísticos da mídia comercial, revela a dinamicidade das práticas de comunicação popular. Essas práticas configuram-se como instrumentos múltiplos dos movimentos sociais para ampliar debate público, qualificar o nível de informação e viabilizar processos de mobilização coletiva (Plutynski & Fujita-Lagerqvist, 2016; Johnston & Pieczka, 2018; Melo & Costa, 2023).

Entrando no âmbito das estratégias de comunicação digital, vale destacar que o Brasil é o terceiro país do mundo com maior acesso às redes sociais digitais e que intensificou o uso dessas ferramentas durante a pandemia da covid-19 (Comitê Gestor da Internet no Brasil [CGI.br], 2021; Pacete, 2023). Nesse cenário, o acesso às plataformas se destaca, uma vez que há o aumento da (re)apropriação das tecnologias digitais por pessoas vulnerabilizadas no compartilhamento de informações às margens da mídia hegemônica (Marques, 2020).

É importante destacar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais e periféricas no acesso aos meios de comunicação digitais. Essas limitações estão relacionadas aos altos custos dos serviços de conexão, bem como, pela falta de conhecimento no manejo das Tecnologias da Informação e Comunicações (Tics) (CGI.br, 2021; Nemer, 2022). Como apontado por Nemer (2022), ações diárias com o uso de tecnologias digitais desafiam os limites da segregação social ao promover interações mais amplas e acessíveis entre diferentes grupos. Essas dinâmicas podem contribuir para a redução das desigualdades ao facilitar a circulação de pessoas, ideias e oportunidades.



Presented with xmind AI

Os resultados mostram que apesar do avanço das tecnologias digitais, os canais de comunicação comunitária continuam desempenhando um papel essencial na socialização de informações em determinadas localidades, dando espaços para esses sujeitos e colaborando com a visibilidade e voz às comunidades pesqueiras (Peruzzo, 2024).

Por meio do uso complementar desses canais, os membros das comunidades colocam em prática sua cidadania comunicativa, reconhecendo sua capacidade como sujeitos de direito no campo da comunicação, com demandas e ações que concretizam a participação popular (Mata, 2006; Almeida et al., 2011). Assim, essa participação pode ser ampliada com mais acesso à informação.

No que se refere às informações que as pescadoras gostariam de acessar com maior frequência nos veículos de comunicação, foram identificados seis temas principais: empoderamento feminino, saúde e direitos sociais, parceria entre organizações, investimento na comunicação, transporte e megaprojetos. Esses temas foram agrupados em eixos centrais, que se destacam como estratégias prioritárias para as comunidades:

- 1) direitos e justiça social;
- 2) organização e fortalecimento do movimento; e
- 3) infraestrutura e desenvolvimento (Tabela 1).

No eixo de Direitos e Justiça Social, o empoderamento feminino apre-

**Figura 3**

Veículos de comunicação comunitária utilizadas por pescadores(as) nos oito municípios de Pernambuco.

**Tabela 1** Quais as informações que as pescadoras gostariam de acessar com mais frequência nos veículos de comunicação?

<b>Temas</b>	<b>Eixos centrais</b>
Empoderamento feminino Saúde Direitos sociais	Direitos e justiça social
Parceria entre organizações Investimento na comunicação	Organização e fortalecimento do movimento
Transporte Megaprojetos	Infraestrutura e desenvolvimento

senta-se como uma forte temática, especialmente considerando que este estudo foi construído a partir de um público majoritariamente de mulheres pescadoras e marisqueiras (Tabela 1). Segundo levantamento realizado em 2023 pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, cerca de 49% da força de trabalho da pesca no Brasil é desenvolvida por mulheres (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2023).

No entanto, apesar dessa significativa participação, o trabalho pesqueiro ainda é predominantemente masculinizado, o que resulta na intensificação da invisibilização e não-efetivação de direitos a estas trabalhadoras (Beck, 1991). Nesse cenário, o empoderamento tem se mostrado um elemento essencial na “quebra” do padrão hegemônico da divisão de gênero do trabalho. Além de contribuir com a politização das mulheres e reafirmando seu papel enquanto pescadora artesanal (Maneschy et al., 2012).

A existência coletiva, enquanto “mulheres das águas”, hospeda em si opressões de gênero, raça, etnia e classe, sendo a invisibilização do trabalho na pesca artesanal mais um processo de vulnerabilização (Flores et al., 2024). Dessa forma, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias que promovam emancipação, saúde e que possibilitem a visibilidade sobre a realidade dessas mulheres. É nesse contexto que a comunicação contribui diretamente para o fortalecimento de narrativas levando em consideração o modo de vida e reprodução social desses sujeitos (Araújo & Cordeiro, 2020; Peruzzo, 2024).

A saúde, por sua vez, compreendida a partir das necessidades dos sujeitos, vai além dos aspectos biológicos, envolvendo também dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais que influenciam os processos saúde-doença, incluindo aqui os processos comunicativos (Breilh, 2006).

Com isso, é importante ressaltar que os sujeitos da pesca artesanal apresentam um modo de vida tradicional, demarcado pela particularidade na interação com o meio ambiente, fato esse que necessita que os serviços e profissionais de saúde estejam comprometidos com as especificidades e modo de vida dessas comunidades (Ministério da Saúde, 2011). Premissa estabelecida na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Água (PNSIPCF), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), definida

na Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011 (Ministério da Saúde, 2011) em busca de proteção e promoção da saúde dos territórios da pesca artesanal.

Ambos os temas estão interligados aos Direitos Sociais, os quais correspondem ao acesso de serviços essenciais como educação, moradia, trabalho e outros mecanismos, cujo intuito é proporcionar os meios necessários para que os cidadãos possam participar e desenvolver suas aptidões (Hachem & Bonat, 2019).

No segundo eixo, Organização e Fortalecimento do Movimento, o acesso às informações sobre a colaboração entre diversas organizações demonstra a preocupação de ampliação e trazer mais visibilidade às iniciativas conjuntas, assim, possibilitando a construção de estratégias a fim de solucionar problemas locais de vínculo comum (Tabela 1)

Por sua vez, o investimento em comunicação, aqui compreendida como popular ou comunitária, evidencia o exercício da participação social direta entrelaçada pela educação para a cidadania. Por meio de atividades comunitárias, criam vínculos e fortalecem seus territórios, permitindo que demandas locais, denúncias e reivindicações tomem espaço no âmbito regional, e posteriormente, no espaço nacional (Peruzzo, 1999).

Por fim, no eixo de infraestrutura e desenvolvimento, o debate sobre transporte e os megaprojetos ganha destaque, uma vez que são elementos estruturais para qualidade de vida da população no geral (Tabela 1). O avanço de megaprojetos, como empreendimentos industriais, turísticos e portuários, tem reconfigurado territórios pesqueiros e ribeirinhos, intensificando desigualdades socioespaciais e restringindo o acesso a serviços essenciais. Somado a isso, o acesso ao transporte é diretamente afetado pelas mudanças socioespaciais e demográficas, demonstrando a dificuldade na garantia de direitos básicos, assim, impulsionando a marginalização e elevação no índice de desigualdade (Coelho, 2001; Marques & Torres, 2005; Medeiros et al., 2016; Paula, 2020).

### **3.2. Estratégias de vigilância popular em saúde desenvolvidas pelos territórios atingidos pelo desastre-crime do petróleo**

As respostas fornecidas pelos grupos permitiram identificar as estratégias de Vigilância Popular em Saúde adotadas pelas comunidades pesqueiras diante de desastres socioambientais, como o desastre-crime do petróleo. Destacaram-se ações de monitoramento das espécies impactadas pelo desastre e dos rios, praias e estuários, além da realização de reuniões comunitárias para discussão do cenário, acionamento de órgãos competentes e orientação da população local (Tabela 2).

Esse evento, além de orientar a reflexão e a construção de respostas coletivas, expôs a extrema vulnerabilidade das comunidades tradicionais e evidenciou a necessidade de estratégias articuladas para mitigar impactos ambientais e proteger seus territórios e modos de vida (Trindade et al., 2021).

A Tabela 2 apresenta uma síntese das ações de vigilância popular em saúde descritas pelas pescadoras.

**Tabela 2.** Percepção das lideranças, pescadoras artesanais sobre as estratégias de vigilância popular em saúde realizadas no contexto do desastre-crime do petróleo.

Perguntas	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Como o ambiente deu sinais de que havia alguma coisa diferente?	Nas pedras, nas areias da praia; depois evadiu para os manguezais.	Mudanças na cor da água; cheiro; nível; ver corpos estranhos.	Grande quantidade de petróleo na água.	Partículas de petróleo na costa; nos manguezais.
O que vocês fazem quando identificam que há algo diferente?	Fomos procurar ajuda comunitária.	Tirar fotos; vídeos; comunicar aos moradores.	Mobilizar a comunidade; acionar órgãos competentes.	Reunião com a comunidade, associação, colônias, secretaria de meio ambiente e ONGs (ex: Salve Maracáipe).
A quem vocês informaram quando identificam que há algo diferente?	Informamos aos colegas pescadores.	Liderança da associação; colônia.	Colônias e entidades competentes.	Secretaria de meio ambiente; secretaria de saúde e imprensa.
Como vocês comunicaram essa situação/ descoberta?	Boca a boca e WhatsApp.	Boca a boca e WhatsApp.	Fotos; vídeos; ligações diretas; redes sociais.	Boca a boca; ofício; WhatsApp; ligação.
O que vocês fariam de diferente, a partir dos aprendizados vividos?	Não entrariam em contato direto com o petróleo; utilizariam equipamentos de proteção.	Não se expor sem os EPI (Equipamentos de Proteção Individual).	Monitoramento das espécies; dos rios; das praias; dos estuários.	Em conjunto com a comunidade, fariam um ofício com informações e provas e depois encaminharam para a secretaria de meio ambiente e monitoramento.
Se fosse necessário criar um passo a passo de como agir nesses momentos, como seria?	Entrar em contato com órgãos públicos; exigir fiscalização e barreiras de proteção.	Formar um grupo e comunicar a vigilância ambiental.	Fiscalização por órgãos competentes; instrução às comunidades.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reunir a comunidade, associação, colônia para monitorar as mudanças por meio de fotos, vídeos e compartilhar em redes sociais.</li> <li>2. Levar esse material para a secretaria de meio ambiente e saúde, visando a tomada de providências.</li> <li>3. Caso a secretaria de meio ambiente e saúde não se pronunciem, procurar o Ministério Público.</li> </ol>

Em situações de desastre, os resultados apontam que a identificação de alterações ambientais ocorre principalmente por meio da observação direta dos pescadores e demais moradores locais (Tabela 2). Assim, foi enfatizado que

mudanças na cor da água, presença de substâncias estranhas, como petróleo, modificações na fauna e flora, e odores intensos ou diferentes dos habituais são alguns dos sinais que alertam para possíveis contaminações. Esse saber, construído na relação cotidiana com o ambiente – que é, ao mesmo tempo, espaço de moradia, trabalho e subsistência – possibilita uma resposta rápida e contextualizada às ameaças ambientais, articulando experiência histórica e conhecimento empírico acumulado ao longo de gerações (Trindade et al., 2021).

Portanto, ressalta-se que a coleta e a produção de dados, fundamentadas no monitoramento participativo e simplificado, são aspectos centrais da Vigilância Popular em Saúde. Tal modelo fortalece a autonomia das comunidades na identificação de riscos ambientais e sanitários, permitindo o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento territorializadas, que consideram as especificidades locais e integram saberes científicos e populares (Meneses et al., 2023; Silva et al., 2023).

Assim como no desastre-crime do derramamento do petróleo, no desastre de Brumadinho (2019) as mudanças no ambiente também foram identificadas anteriormente pela população local, ao observar a turbidez da água, com a presença de lama e rejeitos de minério. Logo, em ambos os casos, os principais afetados foram comunidades tradicionais – pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas –, que tiveram suas formas de subsistência e reprodução social profundamente abaladas (Silva & Lima, 2021). Esses desastres revelam não apenas a vulnerabilidade das comunidades atingidas, mas também a negligência do Estado e dos agentes privados responsáveis, tornando essencial a organização comunitária para monitoramento, denúncia e reivindicação de direitos (Costa et al., 2024).

O derramamento do petróleo mobilizou respostas imediatas que transformaram a resistência em ação política e fortaleceram a organização comunitária em torno da proteção ambiental e social (Trindade et al., 2025). Tais processos organizativos irrompem das lutas pelo reconhecimento de direitos em uma perspectiva decolonial. Assumindo conhecimentos e práticas ancestrais, as comunidades reivindicaram a preservação das identidades e territorialidades tradicionais, defendendo seus corpos-territórios e o direito de existir com saúde (Coradin et al., 2024; Trindade et al., 2025).

Analisando desastres ambientais recentes, observa-se que eles estão inseridos em um contexto maior de conflito entre capital-trabalho-natureza, no qual os interesses econômicos frequentemente se sobrepõem à preservação ambiental e ao bem-estar das populações tradicionais. Nessa conjuntura, a Vigilância Popular em Saúde se destaca como uma estratégia de resistência e mobilização social, articulando ações comunitárias e institucionais para a promoção da saúde nos territórios afetados (Oliveira et al., 2024). O reconhecimento dos saberes tradicionais e a participação ativa das populações atingidas são fundamentais para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes na prevenção e mitigação dos danos ambientais (Carneiro et al., 2024).

Diante dessas ameaças, a análise aponta que as comunidades adotam diferentes estratégias de enfrentamento, como a mobilização local e o uso de redes sociais como o Whatsapp (Tabela 2). O uso dessas ferramentas digitais, aliado à comunicação direta (como o boca a boca), permite que as informações circulem rapidamente, influenciando a opinião pública e pressionando as autoridades em favor das demandas das populações vulnerabilizadas (Carneiro et al., 2024).

Esse processo envolve registros visuais, documentação por imagens e vídeos e comunicação por canais informais, como conversas diretas e aplicativos de mensagens, bem como canais institucionais e a imprensa, evidenciando a construção de redes de Vigilância Popular, em que os atores sociais articulam alianças de solidariedade e cuidado coletivo, reforçando sua dimensão ética e comunitária (Trindade et al., 2025).

A capacidade das comunidades de se organizarem em rede, ampliando sua força na defesa de seus territórios e direitos, também é uma estratégia essencial para desenvolver ações territorializadas e fundamentadas na organização comunitária. Dessa forma, a Vigilância Popular em Saúde fortalece a capacidade de resposta dos territórios afetados e busca superar a lógica hegemônica e verticalizada da Vigilância em Saúde, que frequentemente impõe intervenções sem considerar os saberes e realidades das comunidades vulnerabilizadas (Oliveira et al., 2024).

Em momentos de crise sanitária e socioambiental, como durante a pandemia de COVID-19, percebe-se que as comunidades tradicionais e periféricas desenvolvem espontaneamente formas de comunicação, monitoramento participativo e articulações solidárias para enfrentar os desafios impostos pelas crises. Essas iniciativas emergem especialmente em contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades – sociais, econômicas e ambientais – e demonstram a resiliência e a capacidade organizativa dos grupos afetados (Carneiro & Pessoa, 2020).

Outro ponto relevante nos achados deste estudo é o processo de comunicação emancipatório e popular que supera o tradicional modelo de comunicação de riscos durante os desastres, pois o primeiro se inicia na própria comunidade e se expande para diferentes esferas. Inicialmente, pescadores, associações locais e colônias compartilham informações entre si, posteriormente acionando ONGs, secretarias ambientais, órgãos de saúde e a imprensa (World Health Organization [WHO], 2018). Esse fluxo demonstra um movimento simultâneo de mobilização popular e busca por respaldo institucional, reforçando a importância da Vigilância e Comunicação Popular em Saúde como instrumento de enfrentamento. No entanto, esse processo também evidencia a necessidade de contato com instâncias federativas, a fim de garantir suporte adequado às comunidades atingidas (Carneiro et al., 2024).

A vocalização das necessidades de saúde de pescadores(as) artesanais diante de desastres e conflitos decorrentes da expropriação de seus territórios demanda do SUS um modelo de vigilância comprometido com a defesa da

vida e a participação social (Trindade et al., 2025). Nesse contexto, os movimentos populares que emergem dos territórios podem tensionar práticas instituídas e inspirar práticas de vigilância em saúde mais horizontais e efetivas, capazes de visibilizar impactos socioambientais decorrentes dos modelos produtivos sobre as populações locais (Meneses et al., 2024).

As respostas comunitárias demonstram ainda uma preocupação com a segurança individual e coletiva, especialmente diante da exposição a contaminantes e outros riscos ambientais (Tabela 2). Dessa forma, é essencial ampliar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em contextos de desastres socioambientais, assim como fortalecer a organização comunitária para o monitoramento contínuo do território e a comunicação popular dos perigos à saúde. Essas ações, baseadas na percepção das próprias comunidades, estão alinhadas aos princípios da Vigilância Popular em Saúde (Silva et al., 2023).

Para aprimorar as estratégias de resposta, algumas iniciativas foram propostas pelos grupos, como a criação de protocolos de ação que envolvam a documentação de evidências por meio de imagens e vídeos, garantindo a ampla divulgação em redes sociais e mídias comunitárias (Tabela 2). Além disso, recomenda-se a formalização de denúncias e o acionamento direto do Ministério Público em casos de omissão por parte das autoridades competentes. Essas medidas visam não apenas fortalecer a capacidade de resposta das comunidades pesqueiras, mas também ampliar sua participação ativa no controle social diante de desastres ambientais (Oliveira et al., 2024).

As experiências relatadas evidenciam que a Vigilância Popular em Saúde não se limita à reação a desastres, mas configura uma prática contínua de resistência, sustentada por saberes ancestrais e pelo aprendizado coletivo. A observação cotidiana, a mobilização comunitária e a escuta dos territórios são centrais para fortalecer respostas locais diante das omissões institucionais e ampliar a autonomia das comunidades pesqueiras na defesa de seus modos de vida, reconhecendo pescadores(as) artesanais como protagonistas de processos horizontais e solidários, capazes de descolonizar práticas de saúde e promover justiça ambiental (Meneses et al., 2024; Trindade et al., 2025).

#### **4. Considerações finais**

As estratégias de comunicação e vigilância popular em saúde desempenharam um papel fundamental no enfrentamento dos impactos causados pelo desastre-crime do derramamento de petróleo, permitindo que as comunidades pesqueiras de Pernambuco agissem de maneira organizada e colaborativa. O uso de tecnologias sociais e a disseminação de informações, por meios comunicacionais diversos, demonstram o poder da participação comunitária na resposta a desastres socioambientais. A vigilância popular contribuiu para o monitoramento das consequências do desastre, garantindo maior autonomia e proteção para a população local. Essas estratégias não apenas promoveram

a reparação social e a justiça ambiental, mas também facilitaram a construção de um território mais solidário, resiliente e sustentável.

Logo, evidencia-se a importância da adoção de medidas institucionais com inserção de maior participação social, que compreendam e incorporem experiências dos movimentos sociais e comunidades tradicionais, sobretudo de territórios historicamente vulnerabilizados. Com base nessa perspectiva, construir caminhos a partir do local de fala dessas comunidades contribui para a reconfiguração da forma como se concebem políticas, projetos e ações desenvolvidas por instâncias do poder público, academia e demais setores da sociedade.

## Referências

- Almeida, C. D. de, Guindani, J. F., & Morigi, V. J. (2011). A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa. *Revista FAMECOS*, 18(3), 959–975. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/10391>
- Almeida, L. B. de, & Paula, L. G. de. (2005). O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 2(1), 55–67. <https://www.scielo.br/j/jstm/a/7BZxyCX73JT9tJbBmsbfZ8w/?format=pdf&lang=pt>
- Alves, M. J. C. F., Machado, L. O. R., Freitas, C. M., Costa, R. C. L., Gurgel, A. M., Gurgel, I. G. D., & Santos, M. O. S. (2024). Avaliação da atuação da gestão em saúde no desastre-crime de derramamento de petróleo na costa do estado de Pernambuco. *Saúde em Debate*, 48, e8832.
- Antunes, M. N., & Coqueiro, J. M. (2022). Comunicação rizomática: reflexões sobre os movimentos de resistência em tempos da COVID-19. *Saúde em Debate*, 46(132), 1004–1016.
- Araújo, I. S. de, & Cordeiro, R. A. (2020). A pandemia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, 145, 215–234. <http://hdl.handle.net/10469/18386>
- Beck, A. M. (1991). Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, 7(10), 8–24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23752>
- Breilh, J. (2006). *Epidemiologia crítica: Ciência emancipadora e interculturalidade*. Editora Fiocruz. <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3618/1/Breilh%20J-CON-213-Epidemiologia%20Critica.pdf>
- Carneiro, A. M. M., Diegues, A. C. S., & Vieira, L. F. S. (2014). Extensão participativa para a sustentabilidade da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 32, 81–99.
- Carneiro, F. F., & Pessoa, V. M. (2020). Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3), e00298130. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00298>
- Carneiro, F. F., Diógenes, S. da S., Xavier, A. M., Araújo, R. F. de, Cavalcante, L. V., Maia, A. de S., & Teixeira, A. C. de A. (2024). Vigilância popular em saúde: Luta emancipatória pela vida ante o agronegócio na Chapada do Apodi-CE. *Saúde em Debate*, 48, e8715.
- Castro, D. (Org.). (2018). *A pesca artesanal em Pernambuco: ações do Governo do Estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*. Governo do Estado de Pernambuco. [http://www.portais.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017](http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017)

- Coelho, M. C. N. (2001). Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In A. J. T. Guerra & S. B. da Cunha (Orgs.), *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Bertrand Brasil.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2021). *TIC domicílios 2020: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: Edição COVID-19*. CGI.br. [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf)
- Conselho Nacional de Saúde. (2018). *Resolução MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018*. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588\\_13\\_08\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html)
- Coradin, C., Oliveira, S., & Guevara, M. A. A. (2024). Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(7), e03212024.
- Costa, R. C. L., Santos, M. O. S., Silva, E. S., Alves, M. J. C. F., Peixinho, B. C., Lima, A. F. S. de, & Gurgel, I. G. D. (2024). Atuação de uma secretaria municipal de saúde diante do desastre-crime do petróleo em Pernambuco. *Saúde em Debate*, 48, e8583. <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8583>
- Estevo, M. de O., Lopes, P. F. M., Oliveira Júnior, J. G. C. de, Junqueira, A. B., Santos, A. P. de O., Lima, J. A. da S., Malhado, A. C. M., Ladle, R. J., & Campos-Silva, J. V. (2021). Immediate social and economic impacts of a major oil spill on Brazilian coastal fishing communities. *Marine Pollution Bulletin*, 164, 111984. <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2021.111984>
- Fenner, A. L. D., Knierim, G. S., Silveira, M., Corrêa, V. da S., Moura, B. C., Silva, F. C. C. M., Melo, F. V. de, Almeida, A. S. de, Santos, M. O. S., Lima, A. S. G., Gurgel, A. do M., Gurgel, I. G. D., Costa, L. A. da, Dal Chiavon, A. C., Sá, A. P. D. de, Martins, W. de J., Oliveira, R. N. da C., Carneiro, D. Q., Dias, A. P., ... Machado, J. M. H. (2021). Formação-ação: Uma contribuição para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis (TSS). In Fundação Nacional de Saúde (Org.), *Territórios sustentáveis e saudáveis: Experiências de saúde ambiental territorializadas – experiências e práticas* (Vol. 1, No. 2, 135–175). Fundação Nacional de Saúde.
- Fernandes, V. R., Luz, Z. P. da, Amorim, A. C. de, Sérgio, J. V., Silva, J. P. V. da, Castro, M. C. e, Monken, M., & Gondim, G. M. de M. (2017). O lugar da vigilância no SUS – Entre os saberes e as práticas de mobilização social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(10), 3173–3181. <https://www.scielo.br/j/csc/a/tBBGN3ZsyVmwDzJcvNfkL5m/>
- Flores, M. G., Medeiros, A. C. L. V., Arantes, R. F. de M., Lira, T. K. dos S., Nepomuceno, M. M., Peixinho, B. C., & Santos, M. O. S. dos. (2024). O mar que habita em mim: estratégias de comunicação sobre o trabalho da pesca artesanal de mulheres das águas. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 18(2), 308–324. <https://doi.org/10.29397/reciis.v18iAhead-of-Print.3945>
- Gonçalves, J. E., Arantes, R. F. M., Nepomuceno, M. M., Negrão, R. B., Santos, M. O. S. dos, & Gurgel, I. G. D. (2024). Vidas fragmentadas: registros do derrame de petróleo no litoral de Pernambuco e as repercussões na vida dos/as pescadores/as. In *Maré bruta: Um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019 – impactos e gestão do desastre na perspectiva das comunidades* (Vol. 1). Editora Científica Digital.
- Hachem, D. W., & Bonat, A. (2019). O direito ao desenvolvimento de um projeto de vida na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a educação como elemento indispensável. *Revista Jurídica da Presidência*, 21(119), 271–306. <https://www.redalyc.org/pdf/6338/633869528009.pdf>
- Holliday, O. J. (2006). Para sistematizar experiências (2ª ed. rev.). MMA. <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf>

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2020). *Fauna atingida*. <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/2020/manchasdeoleo/2020-02-12-ibama-manchasdeoleo-boletim-fauna.pdf>.
- Intervozes. (2020). *Vozes silenciadas: A cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira*. Intervozes. <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/>.
- Johnston, J., & Pieczka, M. (2018). *Public interest communication: critical debates and global context*. Routledge.
- Kunsch, M. M. K. (2003). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. Summus.
- Lima, M. del V. de, Silva Júnior, P. da, Loose, E. B., Mei, D. S., Schneider, T. C., & Duarte, V. S. (2015). A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 34, 75–84. <https://doi.org/10.5380/dma.v34i0.39965>
- Maneschy, M. C., Siqueira, D., & Álvares, M. L. M. (2012). Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 635–655. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300007>
- Machado, J. M. H., Pivetta, F., Silva, J. F. S., & Bonetti, O. P. (2021). Vigilância popular em saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho. In *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* (pp. 397–411). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9786557081211.0025>
- Marques, E., & Torres, H. (Orgs.). (2005). *São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. Editora Senac. <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000638962>
- Marques, L. (2020). *Capitalism and environmental collapse*. Springer International Publishing.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 8(1), 5–15. <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>
- Medeiros, M. C. de, Ramalho, A. M., Almeida, F., Carvalho, G., & Santiago, L. (2016). Os impactos do complexo industrial portuário de Suape – CIPS nos municípios do Cabo e Ipojuca. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 4(7). <https://www.revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/arquitetura/article/view/299>
- Meneses, M. N., Quadros, J. D. de, Marques, G. P., Dalla Nora, C. R., Carneiro, F. F., & Rocha, C. M. F. (2023). Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(9), 2553–2564. <https://www.scielo.br/j/csc/a/Xs8DvfKwXxvTg6K4yXBTRFy/>
- Meneses, M. N., Kuhn, M. F., Almeida, J. C., Carneiro, F. F., & Rocha, C. M. F. (2024). Vigilância popular em saúde no sul do Brasil: expressões de um território que pulsa. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 28, e230167.
- Melo, A., & Costa, L. M. (2023). Justiça ambiental e jornalismo independente: Narrativas sobre comunidades de manguezais na Região Metropolitana do Recife. In *Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom. <https://bit.ly/4hhx3em>
- Ministério da Pesca e Aquicultura. (2023). *Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres*. <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>
- Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011: Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF)*. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866\\_02\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html)

- Moreira, A. B., Nóbrega, R. S., Wanderley, L. S. A., & Matzarakis, A. (2024). Vulnerabilidade à ilha de calor urbana na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. *Weather, Climate, and Society*, 16(1). [https://journals.ametsoc.org/view/journals/wcas/16/1/WCAS-D-23-0082.1.xml?tab\\_body=fulltext-display](https://journals.ametsoc.org/view/journals/wcas/16/1/WCAS-D-23-0082.1.xml?tab_body=fulltext-display)
- Nemer, D. (2022). *Technology of the oppressed*. MIT Press.
- Nunes, A. K. (2024, 13 de junho). Desafios da comunicação de risco em desastres. *Jornal da Universidade*, 193.
- Oliveira, S. S., Machado, J. M. H., & Coradin, C. (2024). Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 28, e240304. <https://www.scielo.br/j/icse/a/xBVHb9hJngH8P7mMHMBBLn/?lang=pt>
- Pacete, L. G. (2023, março 09). Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo. Forbes Tech. <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>
- Paula, C. Q. de. (2020). Conflitos por território na pesca artesanal brasileira / Conflicts by territory in Brazilian artisanal fishing / Conflictos por territorio en la pesca artesanal brasileña. *Revista NERA*, 51, 180–204. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i51.6453>
- Pena, P. G. L., Northcross, A. L., Gomes de Lima, M. A., & Rêgo, R. C. F. (2020). Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: Emergência em saúde pública em questão. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00231019.
- Peruzzo, C. M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares*. Vozes.
- Peruzzo, C. M. K. (1999). Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In J. M. de Melo & S. Castelo Branco (Orgs.), *Pensamento comunicacional brasileiro* (pp. 405–423). UMESP. <http://bocc.ufp.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Revista Eco-Pós*, 12(2). <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v12i2.947>
- Peruzzo, C. M. K. (2024). *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. EDUFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/17463>
- Plutynski, A., & Fujita-Lagerqvist, Y. (2016). Putting biodiversity conservation into practice: The importance of local culture, economy, governance, and community values. In J. Garson, A. Plutynski, & S. Sarkar (Eds.), *The Routledge handbook of philosophy of biodiversity* (pp. 281–293). Taylor & Francis Group.
- Ramalho, C. W. N. (2019). O petróleo e os bloqueios à reprodução social da pesca artesanal em Pernambuco. *Texto III*, 1–5. Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)–DS/PPGS/UFPE.
- Santos, M., Nepomuceno, M., Erivaldo, J., Medeiros, A., Machado, R., Santos, C., Alves, M. J., Gurgel, A., & Gurgel, I. (2022). Oil spill in Brazil – Analysis of vulnerabilities and socio-environmental conflicts. *BioChem*, 2(4), 260–268. <https://www.mdpi.com/2673-6411/2/4/18>
- Santos, M. O. S. dos, Medeiros, A. C. L. V., Silva, E. S. da, Machado, R. M., Gonçalves, J. E., Gurgel, A. M., & Gurgel, I. G. D. (2024). Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: Desafios e conquistas para territórios saudáveis e sustentáveis em Pernambuco. *Saúde em Debate*, 48(nesp), e8718. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pFnmk9JSRnd8MhB7Cg6XtbL/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, H. C. B. da, & Lima, T. C. S. de. (2021). Racismo institucional: Violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. *Revista Katálysis*, 24(2), 331–341. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77586>

- Silva, J. R. P., Macêdo, A. K. S., Silva, G. K. A., Oliveira, P. A., & Vendel, A. L. (2022). Socioeconomic attributes and traditional knowledge of artisanal fishermen communities in northeastern Brazil. *Gaia Scientia (João Pessoa)*, 16(1), 150–170. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-1268.2022v16n1.62267>
- Silva, L. I. M. da, Antunes, M. B. de C., Albuquerque, M. do S. V. de, Gurgel, I. G. D., & Santos, M. O. S. dos. (2022). O derramamento de petróleo no litoral pernambucano a partir das narrativas do Jornal do Commercio. *RECIIS*, 16(4), 913–925. <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i4.3279>
- Silva, L. R. C., Diógenes, S. S., Meneses, M. N., Arjona, F. B. S., Arruda, C. A. M., Teixeira, A. C. A., Pessoa, V. M., & Carneiro, F. F. (2023). Vigilância popular da saúde, ambiente e trabalho (VPSAT): Uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(9), 2565–2582. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.13142022>
- Souto, M. C. N. (2021). *Comunicação institucional no Instituto de Saúde Ambiental* [Tesis de maestria, Universidade NOVA de Lisboa]. <https://run.unl.pt/entities/publication/03030a27-d781-4a6b-b4b7-2f743cc5f231>
- Suzina, A. C. (2023). A comunicação popular e comunitária face à pandemia e às mudanças climáticas. In W. Uranga & S. Méléndez-Labrador (Orgs.), *Reivindicar el cambio: Comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina* (2. ed., pp. 137–154). Huvaití Ediciones.
- Trindade, A. A. M., Pena, P. G. L., Lima, M. A. G. de, Freitas, M. do C. S. de, & Araújo, K. L. de. (2021). Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(12), 6017–6026. <https://scielosp.org/article/csc/2021.v26n12/6017-6026/>
- Trindade, A. A. M., Santos, T. S., Freitas, M. C. S., de Lima, M. A. G., Barros, L. M., Santos, M. C. F., Gomes, R. C. L., Sena, V. M., & Pena, P. G. L. (2025). Desastre socioambiental e vigilância popular da saúde: Derramamento de petróleo em territórios pesqueiros na Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 30, e14932023.
- World Health Organization. (2018, January 10). *Communicating risk in public health emergencies: A WHO guideline for emergency risk communication (ERC) policy and practice*. WHO. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550208>